



# REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DA SAÚDE

Exmo. Senhor  
Eng.º Nuno Araújo  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência  
o Secretário de Estado dos Assuntos  
Parlamentares  
Palácio de São Bento (A.R.)  
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Ofício n.º 1635	27/04/2017	N.º: ENT.: 6453/2017 PROC. N.º: 12/2017	28/04/2017

**Assunto: Pergunta n.º 4027/XIII/2.ª, de 26 de abril de 2017, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP) - Transferência de competências ao nível da informática dos Centros de Saúde do Algarve para os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde.**

Encarrega-me o Sr. Ministro da Saúde, consultados os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS), de informar o seguinte:

A transferência de competências ao nível dos sistemas de informação justifica-se atualmente num contexto de reforma dos Cuidados de Saúde Primários que ambiciona reforçar a interoperabilidade, a desmaterialização de processos e a disponibilização de informação ao cidadão. Por outro lado, os cidadãos cada vez mais requerem acesso diretos aos seus dados para o seu uso pessoal e autónomo, nomeadamente em contexto de autogestão da saúde e da doença, a qualquer hora e em qualquer lugar.

Esta dependência crescente dos sistemas informatizados impõe requisitos de disponibilidade, desempenho e segurança crescentes. Por outro lado, uma vez que o cidadão recorre a um conjunto de serviços de saúde, abrangendo várias unidades da rede prestadora do SNS e entidades privadas, torna-se essencial a definição de requisitos arquiteturais comuns às diferentes organizações da rede de prestação.

Neste contexto, a estratégia para a área dos sistemas de informação da Administração Pública (TIC AP 2020) e a Estratégia Nacional para o Ecossistema da Saúde 2020 (ENESIS 2020) - Resolução Conselho de Ministros n.º 62/2016, publicado no Diário da República n.º 199/2016, I Série, de 17/10, visam promover a transformação digital da Administração Pública e da Saúde, respetivamente, de forma sustentável promovendo a melhoria, simplicidade e usabilidade dos serviços digitais, a adesão dos cidadãos, a segurança dos dados e o reforço e partilha da capacidade necessária (humana e tecnológica).

*Handwritten signature*



Tais desafios requerem:

- Processos de gestão com graus de maturidade e articulação cada vez maiores;
- Profissionais com cada vez maior especialização;
- Tecnologias cada vez mais robustas e seguras, por forma a garantir capacidade de resposta às necessidades de utentes e profissionais.

Por outro lado, dado o contexto de existência limitada destes recursos, é crítica a sua partilha e reutilização.

A implementação de um modelo centralizado/partilhado da função TIC nos Cuidados de Saúde Primários permite obter economias de escala e aumento de qualidade na gestão de pessoas, contratos e tecnologias, por exemplo:

- O Centro de Suporte da SPMS já funciona no regime 24h/dia em 7dias/semana, podendo alargar o âmbito dos serviços disponibilizados;
- A concentração e partilha de infraestruturas tecnológicas primárias ou de recuperação a desastre, permite melhorar a relação custo benefício das mesmas;
- A configuração central de equipamentos dos postos de trabalho (já adquiridos centralmente) torna a sua gestão mais eficiente;
- A gestão centralizada das redes locais permite melhorar a sua capacidade assim como a resposta a incidentes (a gestão da rede entre instituições (RIS) já é centralizada);
- A utilização de processos uniformes e da mesma ferramenta de gestão de pedidos e incidentes permite ganhos nos tempos de resposta;
- A adoção de soluções arquiteturais comuns ao nível nacional permite uma maior eficiência dos recursos, melhor qualidade de dados e maior facilidade de utilização;
- A gestão centralizada de contratos e fornecedores permite obter economias de escala a ambos os lados (Estado e empresas) e maior rapidez de adaptação a novas necessidades nacionais;
- A gestão centralizada das competências permite melhorar a assertividade de ações formativas alinhadas com os gaps existente, melhor utilizar as competências dispersas e proporcionar maior liberdade de escolha aos profissionais do setor.

De momento, a SPMS tem vindo a proceder ao levantamento da situação atual e necessidades futuras que servirão de base a cenários de evolução. Para esse efeito foi criada uma equipa de transição, que está a proceder ao levantamento dos recursos: humanos, ativos (hardware, software, ativos intangíveis); contratos com fornecedores



terceiros, e orçamento e espaços físicos dedicados à função informática, analisar a sua adequabilidade ao fim a que se destinam e planear a respetiva transferência para a SPMS, com vista à implementação progressiva, em 2017, de uma nova abordagem de arquitetura organizacional, aplicacional e tecnológica com base na filosofia de serviços partilhados, aproveitando eventuais sinergias e selecionando componentes a reforçar, alterar ou descontinuar.

Com base na informação recolhida será elaborada uma proposta de intervenção através de um relatório, com os vários cenários e respetiva calendarização.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

*(Paula Maia Fernandes)*